

ATO 853, DE 05 DE SETEMBRO DE 2024.
OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA – ATO Nº 853/2024, - REGISTRA OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do art. 27, do inciso II, da Lei Delegada nº 174, de 26/01/2007, alterado pelo art. 7º da Lei Delegada nº 182, de 21/01/2011, dos servidores:
MASP 7532625, FELIPE FELIX SOUZA DOS SANTOS, EPPGG - ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL -, Nível I, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-6, a partir de 03/09/2024.
MASP 12507620, MARCO ANTÔNIO CHAVES MURTA, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nível III, Grau A, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-I, a partir de 30/08/2024.
MASP 14356554, GUILHERME PEREIRA LEAL, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nível I, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-2, a partir de 03/09/2024.
MASP 13870431, RAFAEL DOS REIS COUTINHO FRANCO, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nível II, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-1, a partir de 03/09/2024.
MASP 1426722-3, FABIANA GUSMAO RODRIGUES, ANEDS - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL -, Nível I, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-2, a partir de 03/09/2024.
MASP 14328264, JOSIANE APARECIDA DE ALMEIDA, ASEDS - ANALISTA EXECUTIVA DE DEFESA SOCIAL -, Nível I, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-2, a partir de 04/09/2024.
Ana Louise de Freitas Pereira
Superintendente de Recursos Humanos
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

06 1987604 - 1

FÉRIAS-PRÊMIO CONCESSÃO ATO Nº 846/2024
CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do § 4º do art. 31, da CE/1989, ao servidor:
Masp 1078413-0, RAUL GUILHERME ELLER, ASP, III/F; referente ao 3º quinquênio de exercício, a contar de 14/06/2022.
Ana Louise de Freitas Pereira
Superintendente de Recursos Humanos
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

06 1987929 - 1

FÉRIAS-PRÊMIO CONCESSÃO ATO Nº 843/2024
CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do § 4º do art. 31, da CE/1989, ao(s) servidor(es):
Masp 1078202- 7, LUIZ ORIONE GUILHERME ROCHA, ASP, IV/A; referente ao 4º quinquênio de exercício, a contar de 20/06/2017, computado o período de Contrato Administrativo de 25/06/1997 a 22/04/2006, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 0054115-71.2014.8.13.0024.
Masp 1078202- 7, LUIZ ORIONE GUILHERME ROCHA, ASP, IV/A; referente ao 5º quinquênio de exercício, a contar de 19/06/2022 computado o período de Contrato Administrativo de 25/06/1997 a 22/04/2006, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 0054115-71.2014.8.13.0024.
Masp 1127284-6, WEMERSON CARLOS REZENDE, ASP; referente, ao 2º quinquênio de exercício a contar de 15/06/2019, computado o período de Contrato Administrativo de 16/06/2009 a 28/11/2014, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5011712-71.2023.8.13.0481.
Masp 1127284-6, WEMERSON CARLOS REZENDE, ASP; referente, ao 3º quinquênio de exercício a contar de 13/06/2024, computado o período de Contrato Administrativo de 16/06/2009 a 28/11/2014, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5011712-71.2023.8.13.0481.
Masp 1277145-7, ELTON APARECIDO DA SILVA, ASP, I/C; referente, ao 2º quinquênio de exercício a contar de 28/03/2021, computado o período de Contrato Administrativo de 28/03/2011 a 18/06/2017, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5006178-49.2023.8.13.0481.
Ana Louise de Freitas Pereira
Superintendente de Recursos Humanos
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

06 1987923 - 1

QUINQUÊNIO – ATO Nº 844/2024
CONCEDE QUINQUÊNIO, nos termos do art. 112 do ADCT, da CE/1989, ao(s) servidor(es) abaixo:
Masp 1078202- 7, LUIZ ORIONE GUILHERME ROCHA, ASP, IV/A; referente ao 1º quinquênio, a contar de 24/04/2006 data exercício cargo efetivo, computado o período de Contrato Administrativo de 25/06/1997 a 22/04/2006, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 0054115-71.2014.8.13.0024.
Masp 1078202- 7, LUIZ ORIONE GUILHERME ROCHA, ASP, IV/A; referente ao 2º quinquênio, a contar de 23/06/2007, computado o período de Contrato Administrativo de 25/06/1997 a 22/04/2006, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 0054115-71.2014.8.13.0024.
Masp 1078202- 7, LUIZ ORIONE GUILHERME ROCHA, ASP, IV/A; referente ao 3º quinquênio, a contar de 21/06/2012, computado o período de Contrato Administrativo de 25/06/1997 a 22/04/2006, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 0054115-71.2014.8.13.0024.
Masp 1078202- 7, LUIZ ORIONE GUILHERME ROCHA, ASP, IV/A; referente ao 4º quinquênio, a contar de 20/06/2017, computado o período de Contrato Administrativo de 25/06/1997 a 22/04/2006, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 0054115-71.2014.8.13.0024.
Masp 1159106-2, ROBERTA CORREA LIMA IGNACIO DA SILVA, DAD-6; referente ao 5º quinquênio, a contar de 28/05/2024.
Ana Louise de Freitas Pereira
Superintendente de Recursos Humanos
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

06 1987925 - 1

RETIFICAÇÃO ATO Nº 845/2024
RETIFICA NO ATO DE CONCESSÃO DE FÉRIAS PRÊMIO, ao(s) servidor(es):
Masp 1078202- 7, LUIZ ORIONE GUILHERME ROCHA, ASP, IV/A; por motivo cumprimento de decisão Judicial, no Ato 013/2011, publicado em 26/04/2011.
Onde se lê: referente, ao 1º quinquênio de exercício a contar de 22/04/2011,
Leia-se: referente, ao 1º quinquênio de exercício a contar de 24/04/2006 data exercício cargo efetivo, computado o período de Contrato Administrativo de 25/06/1997 a 22/04/2006, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 0054115-71.2014.8.13.0024.
Masp 1078202- 7, LUIZ ORIONE GUILHERME ROCHA, ASP, IV/A; por motivo cumprimento de decisão Judicial, no Ato 011/2016, publicado em 31/05/2016.
Onde se lê: referente, ao 2º quinquênio de exercício a contar de 20/04/2016,
Leia-se: referente, ao 2º quinquênio de exercício a contar de 23/06/2007, computado o período de Contrato Administrativo de 25/06/1997 a 22/04/2006, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 0054115-71.2014.8.13.0024.
Masp 1078202- 7, LUIZ ORIONE GUILHERME ROCHA, ASP, IV/A; por motivo cumprimento de decisão Judicial, no Ato 263/2021, publicado em 27/05/2021:
Onde se lê: referente, ao 3º quinquênio de exercício a contar de 19/04/2021,
Leia-se: referente, ao 3º quinquênio de exercício a contar de 21/06/2012, computado o período de Contrato Administrativo de 25/06/1997 a 22/04/2006, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 0054115-71.2014.8.13.0024.

Masp 1127284-6, WEMERSON CARLOS REZENDE, ASP, II/D; por motivo cumprimento de decisão Judicial, no Ato 138/2020, publicado em 25/03/2020:
Onde se lê: referente, ao 1º quinquênio de exercício a contar de 30/11/2019,
Leia-se: referente, ao 1º quinquênio de exercício a contar de 01/12/2014 data exercício cargo efetivo, computado o período de Contrato Administrativo de 16/06/2009 a 28/11/2014, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5011712-71.2023.8.13.0481.
Masp 1277145-7, ELTON APARECIDO DA SILVA, ASP, I/C; por motivo cumprimento de decisão Judicial, no Ato 627/2022, publicado em 30/09/2022:
Onde se lê: referente, ao 1º quinquênio de exercício a contar de 18/06/2022,
Leia-se: referente, ao 1º quinquênio de exercício a contar de 20/06/2017 data exercício cargo efetivo, computado o período de Contrato Administrativo de 28/03/2011 a 18/06/2017, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5006178-49.2023.8.13.0481.
Ana Louise de Freitas Pereira
Superintendente de Recursos Humanos
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

06 1987927 - 1

ATO 827/2024- RETIFICA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO.
Retifica na Resolução Sejusp nº1390/2024, publicada em 12/07/2024, que dispõe sobre progressão na carreira, a parte referente ao servidor Masp: 1155890/5 Wemerson de Sousa, por motivo de erro material.
Onde se Lê: Nível: III Grau: C para Nível: III Grau: B
Leia se: Nível: III Grau: C para Nível: III Grau: D
Belo Horizonte, 05 de setembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

06 1987981 - 1

ATO 00839/2024 – REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDOR RESPONSÁVEL POR EXCEPCIONAL CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO, para vinte horas semanais, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.401, de 18/12/1986, por 06 meses, aos servidores relacionados:
MASP: 1371845-7 VALERIA CATIA BARBOSA DOS SANTOS, em prorrogação, a contar de 25/09/2024;
MASP: 1389424-1 RAFAEL DE GOUVEA, em prorrogação, a contar de 29/09/2024;
MASP: 1605300-1 LUCAS VARIZI PEREIRA, a contar da data de publicação;
MASP: 1154536-5 LENI BISPO, em prorrogação, a contar de 13/09/2024;
MASP: 1435720-6 RODRIGO FERREIRA KINGMA ORLANDO, em prorrogação, a contar de 16/08/2024;
MASP: 1242046-9 EDMILSON BRAZ FIDELES, em prorrogação, a contar de 06/08/2024;
MASP: 1442690-2 ANDREIA APARECIDA DE MORAIS RAMOS, em prorrogação, a contar de 21/10/2024;
MASP: 1228900-5 RAFAEL GONCALVES FERREIRA, em prorrogação, a contar de 23/08/2024;
MASP: 1485538-1 JOSIMAR ALCANTARA TOLEDO, a contar da data de publicação;
MASP: 1083253-3 DANIEL ALVES MIRANDA, a contar da data de publicação;
MASP: 1134358-9 ADEMIR PEREIRA BORGES, em prorrogação, a contar de 13/09/2024;
MASP: 1173843-2 EDIVAN JOSE DE SALES, a contar da data de publicação;
MASP: 1469039-0 LARICE DE SOUSA REIS, em prorrogação, a contar de 02/10/2024.
Belo Horizonte, 06 de setembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

06 1987979 - 1

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a) servidor(a):
MASP 1512085-0, MARIANA MANSANO RODRIGUES, referente ao cargo efetivo Assistente Executivo de Defesa Social - Auxiliar Educacional, do Centro Internação Provisória Dom Bosco, para a Diretoria de Compras, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0168689/2024-88.
Belo Horizonte, 05 de setembro de 2024.
ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR PERMUTA”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso II, alínea b, da Resolução SEJUSPnº 1698, de 30/11/2023, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0163631/2024-78, os servidores:
MASP 1372044-6, ROSEMEIRE LUCIA DE ASSIS RODRIGUES, referente ao cargo efetivo Agente de Segurança Penitenciário, da Diretoria de Gestão e Monitoramento Eletrônico, para o Centro de Remanejamento Do Sistema Prisional - Belo Horizonte,
MASP 1390133-5, TIAGO MARQUES PENA, referente ao cargo efetivo Agente de Segurança Penitenciário, do Centro de Remanejamento Do Sistema Prisional - Belo Horizonte, para a Diretoria de Gestão e Monitoramento Eletrônico.
Belo Horizonte, 05 de setembro de 2024.
ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

06 1987953 - 1

ATO 833/2024 - RETIFICA CONCESSÃO DE PROMOÇÃO.
Retifica na Resolução Sejusp nº1457/2024, publicada em 27/07/2024, que dispõe sobre promoção na carreira, a parte referente ao servidor Masp: 1376482/4 Paulo Henrique Frutuoso, por motivo de erro material.
Onde se Lê: Vigência: 26/05/2023
Leia se: Vigência: 26/05/2024
Belo Horizonte, 05 setembro de 2024
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

ATO 673/2024 - TORNA SEM EFEITO CONCESSÃO DE PROGRESSÃO
Torna sem Efeito na Resolução Sejusp Nº220/2024, publicada em 02/04/2022 a progressão referente a servidora Masp: 14023618 Ludimila Monteiro da Costa, por motivo de concessão indevida.
Belo Horizonte, 05 de setembro de 2024
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

06 1987968 - 1

ATO 824/2024 - TORNA SEM EFEITO CONCESSÃO DE PROGRESSÃO
Torna sem Efeito na Resolução Sejusp Nº1390/2024, publicada em 12/07/2024, a progressão referente aos servidores abaixo, por motivo de concessão indevida. Masp: 12506051 Anderson Daniel Pimenta; Masp: 14361471 Saulo Augusto Rodrigues Souza
Belo Horizonte, 05 de setembro de 2024
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

ATO 825/2024 - TORNA SEM EFEITO CONCESSÃO DE PROGRESSÃO
Torna sem Efeito na Resolução Sejusp nº1309/2024, publicada em 02/07/2024, que dispõe sobre progressão na carreira, a parte referente aos servidores a baixo, por motivo de concessão indevida. Masp: 10781524 Clebson Alves Pimenta; Masp: 10800803 Alysson Rabelo; Masp: 10789246 Wellerson Pereira Passos; Masp: 11831773 Wesley Pereira Chaves; Masp: 12642427 Thiago Camarinho Franca.
Belo Horizonte, 05 de setembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

06 1987977 - 1

TORNA SEM EFEITO – ATO Nº 847/2024
TORNA SEM EFEITO NO ATO Nº 001/2019 CONCESSÃO QUINQUÊNIO, publicado em 19/01/2019, por motivo cumprimento de decisão Judicial, no que se refere ao(s) servidor(es):
Masp 1078413-0, RAUL GUILHERME ELLER, ASP, III/F; referente ao 1º quinquênio a contar de 19/06/2007, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5008152-61.2018.8.13.0105.
Masp 1078413-0, RAUL GUILHERME ELLER, ASP, III/F; referente ao 2º quinquênio a contar de 15/09/2008, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5008152-61.2018.8.13.0105.
Masp 1078413-0, RAUL GUILHERME ELLER, ASP, III/F; referente ao 3º quinquênio a contar de 14/09/2013, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5008152-61.2018.8.13.0105.
Masp 1078413-0, RAUL GUILHERME ELLER, ASP, III/F; referente ao 4º quinquênio a contar de 13/09/2018, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5008152-61.2018.8.13.0105.
TORNA SEM EFEITO NO ATO Nº 993/2023 CONCESSÃO QUINQUÊNIO, publicado em 31/10/2023, por motivo cumprimento de decisão Judicial, no que se refere ao servidor:
Masp 1078413-0, RAUL GUILHERME ELLER, ASP, III/F; referente ao 5º quinquênio a contar de 12/09/2023, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5008152-61.2018.8.13.0105.
TORNA SEM EFEITO NO ATO Nº 002/2019 RETIFICAÇÃO FÉRIAS PRÊMIO CONCESSÃO, publicado em 19/01/2019, por motivo cumprimento de decisão Judicial, no que se refere ao(s) servidor(es):
Masp 1078413-0, RAUL GUILHERME ELLER, ASP, III/F; referente ao 1º quinquênio de exercício, a contar de 19/06/2007, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5008152-61.2018.8.13.0105, prevalecendo a concessão publicada em 27/07/2012 no ato 023/2012, a contar de 16/06/2012.
Masp 1078413-0, RAUL GUILHERME ELLER, ASP, III/F; referente ao 2º quinquênio de exercício, a contar de 15/09/2008, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5008152-61.2018.8.13.0105, prevalecendo a concessão publicada em 01/12/2017 no ato 010/2017, a contar de 15/06/2017.
TORNA SEM EFEITO NO ATO Nº 001/2019 FÉRIAS PRÊMIO CONCESSÃO, publicado em 19/01/2019, por motivo cumprimento de decisão Judicial, no que se refere ao(s) servidor(es):
Masp 1078413-0, RAUL GUILHERME ELLER, ASP, III/F; referente ao 3º quinquênio de exercício, a contar de 14/09/2013, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5008152-61.2018.8.13.0105.
Masp 1078413-0, RAUL GUILHERME ELLER, ASP, III/F; referente ao 4º quinquênio de exercício, a contar de 13/09/2018, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5008152-61.2018.8.13.0105.
TORNA SEM EFEITO NO ATO Nº 992/2023 FÉRIAS PRÊMIO CONCESSÃO, publicado em 31/10/2023, por motivo cumprimento de decisão Judicial, no que se refere ao servidor:
Masp 1078413-0, RAUL GUILHERME ELLER, ASP, III/F; referente ao 5º quinquênio de exercício, a contar de 12/09/2023, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5008152-61.2018.8.13.0105.
Ana Louise de Freitas Pereira
Superintendente de Recursos Humanos
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

06 1987933 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 1689, DE 06 DE SETEMBRO DE 2024.
Constitui a comissão de monitoramento e avaliação destinada a monitorar e avaliar os acordos de cooperação técnica celebrados pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP, no âmbito do Departamento Penitenciário de Minas Gerais, com as organizações da sociedade civil.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de atribuição que lhe confere o inciso III do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado tendo em vista o disposto no inciso XI do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e no inciso XV do art. 2º do Decreto nº 47.132, de 20 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
Art. 1º– Fica constituída a comissão de monitoramento e avaliação para monitorar e avaliar o conjunto dos acordos de cooperação técnica celebrados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP, no âmbito do Departamento Penitenciário de Minas Gerais, com as organizações da sociedade civil – OSCs, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto nº 47.132, de 20 de janeiro de 2017.
Art. 2º– A comissão de monitoramento e avaliação será composta por:
I – membros titulares:
a) Hilda Mariana Ferreira Raimundo MASP - 1372766-4, desempenhando a função de presidente da comissão;
b) Harley Marconi Gonçalves MASP - 1447518-0; e
c) Mara Beatriz Santos da Silva –MASP: 1352596-9.
II – membros suplentes, na ordem correspondente dos membrostitulares:
a) Daniela Aguiar Rangel –MASP: 1189941-6;
b) Flávia Alves dos Reis Moreira –MASP: 1445797-2; e
c) Danusa de Oliveira Ferreira –MASP:1214032-3.
§ 1º – Os membros titulares ou seus respectivos suplentes deverão participar de todas as reuniões da comissão de monitoramento e avaliação.
§ 2º – As reuniões ordinárias da comissão de monitoramento e avaliação ocorrerão trimestralmente.
§ 3º – O membro da comissão de monitoramento e avaliação deverá se declarar formalmente impedido, caso tenha:
I – participado da comissão de seleção de parceria a ser monitorada e avaliada; ou
II – mantido relação jurídica, nos últimos cinco anos, com alguma das organizações da sociedade civil parceiras, tais como:
a) ser ou ter sido associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou trabalhador de OSC parceira;
b) ser cônjuge ou parente, até terceiro grau, inclusive por afinidade, dos dirigentes de OSC parceira;
c) ter recebido, como beneficiário, os serviços de qualquer OSC parceira;
d) ter efetuado doações para OSC parceira;
e) ter interesse direto ou indireto na parceria; e
f) ter amizade íntima ou inimizade notória com dirigentes da OSC parceira.
§ 4º – Na ausência ou impedimento de membro titular, o membro suplente deverá assumir todas as atribuições do titular ausente ou impedido, devendo os documentos da substituição serem anexados aos autos da parceria.
§ 5º – A comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.
Art. 3º– Compete à comissão de monitoramento e avaliação, nos termos do art. 61 do Decreto nº 47.132, de 2017:
I – verificar os resultados do conjunto das parcerias, por meio da análise quantitativa dos instrumentos celebrados, das parcerias vigentes, dos relatórios de monitoramento e das prestações de contas anual apresentadas pelas OSCs parceiras;
II – propor o aprimoramento dos procedimentos, a padronização de objetos, custos e parâmetros;
III – produzir entendimentos voltados à priorização do controle de resultados; e
IV – homologar os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação elaborados pelos gestores das parcerias no prazo previsto na legislação.
Parágrafo único – A análise de que trata o inciso I considerará, quando houver, os relatórios de visita técnica in loco e os resultados de pesquisas de satisfação.
Art. 4º– A comissão de monitoramento e avaliação terá mandato de dois anos, sendo facultada uma recondução por igual período.
Art. 5º– Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Belo Horizonte, 06 de setembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

06 1988002 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO 1450.01.0165775/2024-02
A Comissão para Recuperação de Valores Pagos Indevidamente, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais – SEJUSP, Criada pela resolução SEJUSP nº107, de 03 de maio de 2020, em cumprimento ao §2º, artigo 8º da Resolução SEPLAG 37, CONVOCA e CITA o(a) servidor(a) Rodrigo dos Santos Teixeira, Masp: 1218803-3, para manifestar-se pessoalmente ou por meio de procurador constituído, perante a Comissão para Recuperação de Valores Pagos Indevidamente – CRVPI, instalada no SRHU/SEJUSP, na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Edifício Minas, 5º andar, Av. Papa João Paulo II, s/nº, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP 31630-900. O processado intimado tem o prazo de 10 (dez) dias, a contar da oitava e última publicação deste edital, para apresentar suas Alegações de Defesa para os fatos a ele atribuído, que caracterizam em tese, recebimento indevido de pagamento. Durante o prazo concedido os autos do processo ficarão à disposição do processado no Sistema SEI, podendo ser requerido vistas por meio do endereço eletrônico “sejuspcrvpi@gmail.com”, estando sujeito a penalidades legais prevista no art. 46 do Decreto 46.668/2014, sob pena de revelia.
Belo Horizonte, 29 de agosto de 2024
Leonardo Bráulio Ferreira
Masp: 1129228-1
Presidente da Comissão de Recuperação de Valores Pagos Indevidamente

28 1983842 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO
A Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Disciplinar Simplificado instaurado nº 002/2024, por meio da PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PDS Nº 002/2024, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 25/01/2024, tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 225 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, CONVOCA e CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, o servidor CARLOS EDUARDO SILVA PEREIRA - MaSP 1.483.558-1, ex-prestador de serviços, na função de Agente de Segurança Penitenciário, lotado a época dos fatos no Presídio do Prata I, unidade integrante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na 9ª RISP, localizada na Avenida dos Eucaliptos, nº 800 - Bairro Jardim Patrícia, Uberlândia - MG - CEP 38.414-123, com expediente em dias úteis, das 08:00 às 17:00 horas, Telefone (34) 99121-9098, e-mail nucaduberlandia@gmail.com, no prazo máximo de dez dias, a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente ou através de procurador constituído, tomar conhecimento de seu respectivo Processo Disciplinar Simplificado, acompanhar a sua tramitação e apresentar defesa para os fatos que lhe são atribuídos, que caracterizam, em tese, conforme portaria inaugural, infração ao artigo 216, incisos V e VI, c/c artigos 245, caput e parágrafo único, e 246, inciso I, com incidência no artigo 250, inciso IV, todos na forma da Lei nº 869/1952, estando sujeito a uma das penalidades previstas no artigo 244, incisos I, III ou VI do referido Diploma Legal c/c artigos 3º e 4º do Decreto nº 47.788/2019.
Uberlândia, 28 de agosto de 2024
Virginia Fernandes Reis
Masp 1.285.308-1
Presidente da Comissão

28 1983961 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO
O Presidente da Comissão do Processo Disciplinar Simplificado nº 034/2022, Guilherme Rasmussen Codinhot, conforme PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PDS Nº 034/2022, com extrato publicado no Minas Gerais de 19 de julho de 2022, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, INTIMA, durante 08 (oito) publicações consecutivas, o processado abaixo relacionado pelo presente mandado, para querendo comparecer à audiência de INTERROGATORIO que será realizada no dia 16/09/2024 (segunda-feira) as 09h30min por modalidade de videoconferência através da sala de reuniões do google meet no link (meet.google.com/bss-uaab-ihq), ficando a comissão à disposição através do endereço de e-mail nucad13@gmail.com para dirimir eventuais dúvidas e/ou fornecer orientações. Caso o processado não compareça à referida audiência de INTERROGATORIO, será nomeado defensor dativo por esta Casa Correcional para acompanhar todos os atos do Procedimento Administrativo, conforme a Portaria supramencionada, em observância ao art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988. IVAN DIAS DE ALMEIDA - MaSP 1.479.592-6 - PROCESSADO NO PDS 034/2024.:

Barbacena, 30 de agosto de 2024
Guilherme Rasmussen Codinhoto
MASP 1.379.045-6
Presidente da Comissão

30 1984995 - 1

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

O Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam torna públicas as DECISÕES deliberadas na 148ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Leste Mineiro, realizada remotamente, via videoconferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: <https://www.youtube.com/channel/UCuH1IAb462m8Py3CIjsJI4w>; no dia 04 de setembro de 2024, às 14h, a saber: 5. Exame da Ata da 147ª RO de 07/08/2024. APROVADA. - 6. Processo administrativo para exame do Recurso ao arquivamento de processo de regularização ambiental: 6.1 SPE Barra da Paciência Energia S.A./PCH Barra da Paciência - Barragens de Geração de Energia - Hidrelétricas - Açuesna e Gonzaga/MG – Licença de Operação - PA/Nº 00123/1999/006/2010 - PA/SEI/Nº 1370.01.0059535/2020-21 - Classe 3. Apresentação: URA LMI, PEDIDO DE VISTAS pelos Conselheiros Júnio Magela Alexandre representante da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta, Nathália Luiza Fonseca Martins representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e Glauber Araújo de Freitas representante Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel).

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente Suplente da URC Leste Mineiro

06 1987988 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - LAS RAS: 1) Unidade de triagem e compostagem, Unidade de triagem de recicláveis e/ou de tratamento de resíduos orgânicos originados de resíduos sólidos urbanos, Itabirinha/MG, PA/Nº 1613/2024, Classe 2. (a) Lirriet de Freitas Libório Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas

06 1987857 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 320240907005220018.